



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

02/08/2016 ATÉ 02/08/2016



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	2
	2.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
3	COMARCAS	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	4 5
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG BACABEIRA EM FOCO.....	6
	4.2 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	7
	4.3 BLOG DO NETO FERREIRA	8
	4.4 BLOG ILHA REBELDE.....	9
	4.5 BLOG ROBERT LOBATO.....	10
	4.6 SITE JORNAL PEQUENO.....	11 12
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG AQUILES EMIR.....	13
6	JUÍZES	
	6.1 BLOG ILHA REBELDE.....	14
	6.2 BLOG MARCO DEÇA.....	15
7	PORTAL DO JUDICIÁRIO	
	7.1 SITE O QUARTO PODER.....	16
8	SINDJUS	
	8.1 BLOG DANIEL MATOS.....	17
	8.2 BLOG DO NETO FERREIRA	18
9	VARA CRIMINAL	
	9.1 BLOG DANIEL MATOS.....	19
	9.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	20
	9.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	21
	9.4 SITE O QUARTO PODER.....	22

GIRO ECONÔMICO

02/08/2016 00:00:00

Direito - De 09 a 11 de agosto, será realizado em São Luís, no Hotel Luzeiros, o IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia, promovido pela Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-MA. Vão atuar como palestrantes o ministro Sérgio Kukina (STJ), desembargador Paulo Velten (TJMA), advogado João Batista Ericeira (ESA) e os professores Maria Esther Quinteiro (Universidade de Salamanca), Giovanni Bonato (UFMA), Dimas Salustiano (UFMA) e Thiago Allison de Jesus (Cuema).

Justiça determina interdição da Delegacia de Polícia de Presidente Dutra

02/08/2016 13:17:26

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em medida liminar do dia 4 de julho, a interdição parcial e a transferência de presos provisórios oriundos de outras comarcas da 13ª Delegacia de Polícia de Presidente Dutra.

A decisão judicial prevê que as autoridades civis da 13ª DP se abstenham de receber presos de outras comarcas, sob pena de multa de R\$ 2.500,00 por preso.

Na Ação Civil Pública, proposta pelos promotores de justiça Carlos Rafael Fernandes Bulhão, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, e Francisco de Assis da Silva Júnior, da comarca de Tuntum, que resultou na decisão, ficou demonstrado que a delegacia não está adequada às funções previstas e não oferece a devida assistência aos internos.

Desse modo, foi estabelecido o prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), realizasse o remanejamento dos presos provisórios a outros estabelecimentos prisionais da região e transferência dos definitivos, mas as medidas ainda não foram cumpridas.

Diante disso, uma audiência para tentativa de conciliação entre o MPMA, a Sejap e a SSP está prevista para o dia 10 de agosto.

Ficou também determinado que a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) proceda a remoção de veículos depositados e abandonados no pátio da delegacia de Presidente Dutra, com exceção dos que estejam vinculados a procedimentos criminais.

Ditadura comunista tira direitos dos servidores

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) manifestou solidariedade e apoio à luta dos servidores públicos do Estado do Maranhão, que reivindicam direitos e reajustes salariais. “Os servidores precisam de diálogo com o Governo do Maranhão e é isso que nós vamos cobrar”, afirmou o parlamentar, prontificando-se a mediar as negociações, nesta terça-feira (2), na Assembleia Legislativa.

“Nós precisamos respeitar a democracia. Essas entidades defendem os servidores públicos e se reuniram em um fórum para reivindicar seus direitos e é mais do que justo, mais do que democrático, que nós (deputados) darmos o suporte necessário para que os servidores sejam ouvidos pelo Poder Executivo e que, desse diálogo, saia uma solução para essa categoria”, declarou o deputado.

Cerca de 25 lideranças do setor público como sindicatos, associações, federações e centrais sindicais que formam o Fórum de Defesa do Serviço Público do Estado do Maranhão, divulgaram uma carta aberta aos poderes públicos, que reivindica para a categoria reposição de perdas inflacionárias, realização de concurso público, direito de greve, transparência e diálogo com o governo.

“É importante frisar que o governador (Flávio Dino, PCdoB) foi eleito com a promessa de apoiar essas entidades e sindicatos. Hoje, o que se vê é que o governador os abandonou. Ele não os recebe mais. Mentiou para esses trabalhadores. O governador recebeu o Estado com o orçamento em ordem, bem abaixo da média nacional da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com limite para custos com pessoal em torno de 30%. Mas hoje o governo ultrapassou o limite prudencial (49%, segundo a Constituição). Então, perguntamos: Como o governador aumentou o limite de gastos com servidores e não atendeu essas reivindicações da categoria?”, indagou o parlamentar.

Adriano lembrou que o governo deu aumento para delegados e esqueceu as demais categorias

Adriano citou ainda, como exemplo, o caso dos peritos da Polícia Técnica Científica, que recebiam o equivalente a 80% da remuneração dos delegados da Polícia Civil e, atualmente, recebem em torno de 50%.

“O governo deu aumento para delegados e esqueceu das outras categorias. E isso aconteceu com outros servidores públicos estaduais. Isso é um absurdo. Nós vivemos, hoje, no Maranhão, uma ditadura comunista. É necessário haver um mínimo do diálogo, pois assim como ele (governador) foi dialogar, na época de campanha, com esses servidores, é necessário haver diálogo agora também”, ressaltou o deputado.

Fórum

Participam do Fórum de Defesa do Serviço Público do Estado do Maranhão os sindicatos dos Assistentes Sociais do Estado do Maranhão (SASEMA), Auditores Estaduais de Controle Externo (SINDAECEMA), Engenheiros do Estado do Maranhão (SENGE/MA), Servidores da Assembleia Legislativa (SINDSALEM), Servidores da Fiscalização Agropecuária do Maranhão (SINFAMA), Servidores da Fundação da Criança e do Adolescente (SINDISFUNAC/MA), Servidores do Detran (SINDET/MA), Servidores da Justiça (SINDJUS/MA), Servidores do

Sistema Penitenciário (SINDSPEM), Policiais Cíveis (SINPOL-MA), Técnicos Agrícolas (SINTAG-MA), Trabalhadores no Serviço Público (SINTSEP-MA).

Além dos sindicatos, integram o fórum a Associação da Polícia Técnico Científica do Maranhão (APOTEC), Associação dos Procuradores (ASPEM), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), CSP Conlutas - Central Sindical e Popular, Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (FENAJUD), Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas (FENATA), Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários (FENASPEN), Força Sindical, Nova Central Sindical (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e União Nacional dos Fiscais Agropecuários (UNAFPA).

Juiz faz audiência na casa de vítima tetraplégica, em São Luís

02/08/2016 11:58:05

Policial, advogado, juiz e promotor de Justiça antes da audiência na casa da vítima tetraplégica

Para garantir o depoimento da vítima de tentativa de homicídio, que é tetraplégica, o juiz Ernesto Guimarães Alves e o promotor de justiça Gilberto Câmara França Júnior foram até a casa do rapaz para ouvi-lo. A audiência foi realizada na manhã da última quinta-feira (28) e contou com a presença do advogado dos dois réus, Elton Tavares. O processo tramita na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís e está na fase de instrução. O crime ocorreu em novembro de 2008.

A vítima, que ficou tetraplégica em situação diversa desse crime de tentativa de homicídio, precisa de assistência contínua e da intervenção de outras pessoas para lhe assegurar uma certa mobilidade e para realizar todas as suas necessidades do cotidiano. Como está impossibilitado de se locomover, o rapaz, que é réu em um outro processo, prestou seu depoimento em casa. Conforme Ernesto Guimarães, magistrado designado para realizar a oitiva, a ida até o local visou à garantia do direito da vítima de ser ouvida. De acordo com o artigo 220 do Código de Processo Penal, "As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem".

A oitiva foi designada pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, para ocorrer na residência da vítima, sendo dispensada a presença dos réus que, além da tentativa de homicídio, respondem nesse mesmo processo pelo assassinato de outra pessoa. As testemunhas arroladas vão depor em audiência de instrução marcada para este mês, na 4ª Vara do Júri, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Para o depoimento, uma estrutura foi montada e o quarto da vítima funcionou como sala de audiência. Juiz, promotor, advogado e equipe de apoio se deslocaram do fórum até a residência do rapaz e policiais militares que atuam na equipe da Guarda do Fórum de São Luís fizeram a escolta até o local. A Diretoria do órgão disponibilizou a estrutura necessária para realização da audiência.

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça

O post [Juiz faz audiência na casa de vítima tetraplégica, em São Luís](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

Eita mudança, Flávio Dino!!! Justiça determina interdição parcial da 13ª Delegacia de Polícia em Presidente Dutra

02/08/2016 13:20:12

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em medida liminar do dia 4 de julho, a interdição parcial e a transferência de presos provisórios oriundos de outras comarcas da 13ª Delegacia de Polícia de Presidente Dutra.

A decisão judicial prevê que as autoridades civis da 13ª DP se abstenham de receber presos de outras comarcas, sob pena de multa de R\$ 2.500,00 por preso.

Na Ação Civil Pública, proposta pelos promotores de justiça Carlos Rafael Fernandes Bulhão, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, e Francisco de Assis da Silva Júnior, da comarca de Tuntum, que resultou na decisão, ficou demonstrado que a delegacia não está adequada às funções previstas e não oferece a devida assistência aos internos.

Desse modo, foi estabelecido o prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), realizasse o remanejamento dos presos provisórios a outros estabelecimentos prisionais da região e transferência dos definitivos, mas as medidas ainda não foram cumpridas.

Diante disso, uma audiência para tentativa de conciliação entre o MPMA, a Sejap e a SSP está prevista para o dia 10 de agosto.

Ficou também determinado que a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) proceda a remoção de veículos depositados e abandonados no pátio da delegacia de Presidente Dutra, com exceção dos que estejam vinculados a procedimentos criminais.

Procuradoria Geral de Justiça comanda movimento contra "Projeto de Lei do juízo final"

01/08/2016 22:00:57

Com a participação de membros e servidores do Ministério Público do Maranhão, Judiciário, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa foi realizado nesta segunda-feira, 1º, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, um diálogo pelo fortalecimento das instituições democráticas e contra o Projeto de Lei Complementar 257/2016, que tramita em caráter de urgência na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

De autoria do Governo Federal, o projeto, encaminhado ao Congresso Nacional em março deste ano, busca promover o refinanciamento das dívidas dos estados com a União e alterar dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para Luiz Gonzaga Coelho, o PLP 257 pode representar o desmonte do serviço público brasileiro. "Não somos contra o refinanciamento da dívida e nem a imposição de limites para os gastos, mas não podemos aceitar a imposição de tantos sacrifícios às instituições, o que atingirá duramente a sociedade", argumentou.

"Se for aprovada essa proposta, o trabalho de instituições que fiscalizam os recursos públicos e atuam no combate à corrupção será ferido de morte, pois ficarão com suas estruturas fragilizadas, o que inviabilizará o seu funcionamento", completou.

Os presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado, respectivamente desembargador Cleones Cunha e conselheiro Jorge Pavão, além do defensor-geral do Estado, Werther Lima Júnior, também manifestaram, por meio de números, suas preocupações com o futuro das instituições que dirigem e solicitaram aos parlamentares maranhenses que votem contra o projeto. "Estamos sendo penalizados como se fôssemos os responsáveis pelos problemas econômicos do país", comentou Cleones Cunha.

Segundo as projeções, já em 2017, ocorreriam 143 demissões de servidores requisitados e terceirizados (motoristas e serviços gerais, respectivamente), o que atinge um índice de 50% desse contingente, além do corte total dos auxílios alimentação e de moradia.

Justiça determina interdição da Delegacia de Presidente Dutra

02/08/2016 14:20:09

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em medida liminar do dia 4 de julho, a interdição parcial e a transferência de presos provisórios oriundos de outras comarcas da 13ª Delegacia de Polícia de Presidente Dutra.

A decisão judicial prevê que as autoridades civis da 13ª DP se abstenham de receber presos de outras comarcas, sob pena de multa de R\$ 2.500,00 por preso.

Na Ação Civil Pública, proposta pelos promotores de justiça Carlos Rafael Fernandes Bulhão, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, e Francisco de Assis da Silva Júnior, da comarca de Tuntum, que resultou na decisão, ficou demonstrado que a delegacia não está adequada às funções previstas e não oferece a devida assistência aos internos.

Desse modo, foi estabelecido o prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), realizasse o remanejamento dos presos provisórios a outros estabelecimentos prisionais da região e transferência dos definitivos, mas as medidas ainda não foram cumpridas.

Diante disso, uma audiência para tentativa de conciliação entre o MPMA, a Sejap e a SSP está prevista para o dia 10 de agosto.

Ficou também determinado que a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) proceda a remoção de veículos depositados e abandonados no pátio da delegacia de Presidente Dutra, com exceção dos que estejam vinculados a procedimentos criminais.

Procurador abre investigação contra o presidente do SindJus

02/08/2016 16:15:06

Aníbal Lins

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS/MA) está na mira do Ministério Público do Trabalho (MPT) por suspeita de irregularidades no repasse da contribuição sindical.

A entidade sindical, presidida por Aníbal Lins - que é candidato a vereador de São Luís- há quase quinze anos, destinou R\$1.930.544,65 milhão de forma indevida à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as confederações sindicais fazem jus a 5% do montante arrecadado a título de contribuição sindical. No entanto, o SINDJUS/MA repassou indevidamente aos cofres da CSPB o percentual de 40%.

A transferência indevida prejudica aproximadamente cinco mil trabalhadores, além de onerar o erário e o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). O repasse anormal foi denunciado à Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, que autorizou a atuação do Ministério Público do Trabalho na investigação e apuração dos fatos relatados.

"Considerando a entidade Sindical, como representante dos interesses individuais e coletivos da categoria, deverá tomar as providências cabíveis para tutela de direitos trabalhistas, dentre eles, zelar pelo custeio do sistema confederativo, de modo que as contribuições sejam aplicadas de forma correta, obedecendo as disposições do art. 588, I, da CLT.", aponta trecho da apreciação do procurador do Trabalho Maurel Mamede Selares.

Juiz faz audiência na casa de vítima tetraplégica, em São Luís

02/08/2016 04:00:00

Policial, advogado, juiz e promotor de Justiça antes da audiência na casa da vítima tetraplégica

Para garantir o depoimento da vítima de tentativa de homicídio, que é tetraplégica, o juiz Ernesto Guimarães Alves e o promotor de justiça Gilberto Câmara França Júnior foram até a casa do rapaz para ouvi-lo. A audiência foi realizada na manhã da última quinta-feira (28) e contou com a presença do advogado dos dois réus, Elton Tavares. O processo tramita na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís e está na fase de instrução. O crime ocorreu em novembro de 2008.

A vítima, que ficou tetraplégica em situação diversa desse crime de tentativa de homicídio, precisa de assistência contínua e da intervenção de outras pessoas para lhe assegurar uma certa mobilidade e para realizar todas as suas necessidades do cotidiano. Como está impossibilitado de se locomover, o rapaz, que é réu em um outro processo, prestou seu depoimento em casa. Conforme Ernesto Guimarães, magistrado designado para realizar a oitiva, a ida até o local visou à garantia do direito da vítima de ser ouvida. De acordo com o artigo 220 do Código de Processo Penal, "As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem".

A oitiva foi designada pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, para ocorrer na residência da vítima, sendo dispensada a presença dos réus que, além da tentativa de homicídio, respondem nesse mesmo processo pelo assassinato de outra pessoa. As testemunhas arroladas vão depor em audiência de instrução marcada para este mês, na 4ª Vara do Júri, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Para o depoimento, uma estrutura foi montada e o quarto da vítima funcionou como sala de audiência. Juiz, promotor, advogado e equipe de apoio se deslocaram do fórum até a residência do rapaz e policiais militares que atuam na equipe da Guarda do Fórum de São Luís fizeram a escolta até o local. A Diretoria do órgão disponibilizou a estrutura necessária para realização da audiência.

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça

PRESIDENTE DUTRA: 13º DELEGACIA RECEBE DETERMINAÇÃO DA JUSTIÇA PARA INTERDIÇÃO

02/08/2016 00:00:00

Por: Minard

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em medida liminar a interdição parcial e a transferência de presos provisórios oriundos de outras comarcas da 13ª Delegacia de Polícia de Presidente Dutra.

A decisão judicial prevê que as autoridades civis da 13ª DP se abstenham de receber presos de outras comarcas, sob pena de multa de R\$ 2.500,00 por preso.

Na Ação Civil Pública, proposta pelos promotores de justiça Carlos Rafael Fernandes Bulhão, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, e Francisco de Assis da Silva Júnior, da comarca de Tuntum, que resultou na decisão, ficou demonstrado que a delegacia não está adequada às funções previstas e não oferece a devida assistência aos internos.

Desse modo, foi estabelecido o prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), realizasse o remanejo dos presos provisórios a outros estabelecimentos prisionais da região e transferência dos definitivos, mas as medidas ainda não foram cumpridas.

Diante disso, uma audiência para tentativa de conciliação entre o MPMA, a Sejap e a SSP está prevista para o dia 10 de agosto.

Ficou também determinado que a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) proceda a remoção de veículos depositados e abandonados no pátio da delegacia de Presidente Dutra, com exceção dos que estejam vinculados a procedimentos criminais.

O GRANDE EMBATE VAI ACONTECER ENTRE O JUIZ FICHA LIMPA E O HOMEM QUE PENSA SER O JUIZ MOR...

02/08/2016 00:00:00

Ao denunciar crimes eleitorais praticados por Edivaldo Junior, coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral terá que convencer um judiciário que põe o padrinho comunista do prefeito, de própria lavra, entre os homens "de qualidade intelectual"

Ex-juiz contra ex-juiz: Flávio Dino e Marlon Reis travarão batalha de bastidores na Justiça Eleitoral

Por: Marco D'êça

O ex-juiz Marlon Reis é um dos mais respeitáveis homens públicos brasileiros em todo mundo.

Além de ser um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa - dispositivo que visa expurgar fora da política aqueles que tentam burlar o processo - ele coordenou o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e é autor do livro "Nobre Deputado", que exemplifica os tipos que mancham a atividade política no Brasil.

Mas Marlon Reis não terá vida fácil ao provar as práticas de crime eleitoral do prefeito Edivaldo Júnior (PDT, denunciado com um conjunto robusto de provas de corrupção eleitoral.

E a dificuldade se dá não por ser o prefeito quem é, mas tão somente pelo seu padrinho, o governador Flávio Dino (PCdoB), visto de forma submissa por setores do Judiciário maranhense.

Nas palavras do próprio Judiciário, **Flavio Dino é "O governador da magistratura"**, como estabeleceu o desembargador Froz Sobrinho - então presidente do mesmo TRE que vai julgar agora o caso Holandinha - por ocasião da posse do comunista, também definido pelo juiz juiz Clésio Muniz como **"homem de qualidade intelectual"**.

E é este mesmo Judiciário que Marlon Reis vai precisar convencer para "descontaminar o processo eleitoral da presença de Holandinha", visto por ele como autor de crimes que **"desequilibraram o processo eleitoral em São Luís"**. Todo o elenco de provas apresentadas pelo ex-juiz da Ficha Limpa - são mais de 100, no total - está previsto na própria Lei da Ficha Limpa.

Tecnicamente, portanto, Edivaldo Júnior é carta fora do baralho nas eleições em São Luís.

Mas fala-se aqui apenas tecnicamente, por que o processo é também político, na medida em que será julgado

por um Judiciário que tende a ver o próprio governador - padrinho do acusado - como membro da magistratura.

O fato é que Marlon Reis sabe dos riscos que corre ao se expor com uma ação que pode manchar sua biografia de jurista com respeitabilidade internacional.

E não se arriscaria tanto se não tivesse convicção dos crimes do prefeito, que, para eles, serão reconhecidos em qualquer circunstância na Justiça Eleitoral.

Aqui ou alhures?

E ainda faltam os R\$ 33 milhões do ISEC?

02/08/2016 13:00:41

Ação do ex-juiz da Ficha Limpa contra o prefeito Edivaldo Júnior - agora "sub judice" - é apenas o início de uma série de questionamentos judiciais sobre corrupção na prefeitura, entre elas o desvio milionário de um esquema claramente eleitoral

Servidores do ISEC em depoimento a promotores: indicação de vereadores e aliados de Edivaldo

Definitivamente, o agora "candidato sub judice" Edivaldo Júnior (PDT) não terá vida fácil para explicar algumas questões envolvendo sua administração em São Luís.

Não bastasse a ação do ex-juiz da Ficha Limpa, Marlon Reis, pedindo sua cassação por corrupção eleitoral - reunindo mais de 100 provas de desvio de recursos para propaganda, uso dos meios de comunicação e de servidores - [**Holandinha vai ter que responder também pelo "sumiço" de R\\$ 33,2 milhões de um convênio firmado com o Instituto Superior de Educação Continuada \(ISEC\).**](#)

Este esquema, já denunciado em vários posts deste blog, será tema de uma nova ação contra o candidato, também por desvio de recursos públicos.

Holandinha: cada vez mais dor de cabeça

Leia também:

[**Dezoito vereadores no esquema do ISEC, afirma Carioca...**](#)

[**Perguntas que Holandinha vai ser obrigado a responder na campanha...**](#)

[Ex-juiz da Ficha Limpa quer Edivaldo fora da eleição...](#)

Para entender a história: Holandinha firmou convênio de R\$ 33,2 milhões com ISEC em julho de 2015. O instituto passou, então, a contratar indicados por vereadores e auxiliares do próprio Edivaldo, [que "nem precisariam trabalhar, apenas receber salário", como denunciou o vereador Fábio Câmara \(PMDB\).](#)

Ocorre que o ISEC não pagou os servidores nem os demitiu por que alega não ter chegado aos seus cofres os valores relativos ao convênio, que saíram dos cofres da prefeitura.

[O caso foi denunciado ao Ministério Público, que já ouviu ex-contratados do ISEC.](#) Todos confirmaram terem sido indicados por vereadores e aliados de Holandinha.

Agora, o caso chegará também à Justiça Eleitoral, já que parece claro ter havido desvio de verbas públicas para irrigar a campanha do prefeito pedetista.

Que deve concorrer na condição de candidato sub judice...

[Share](#)

São Luis 2016: Márlon Reis versus Edvaldo&Cia Ltda.

02/08/2016 10:51:32

Ao entrar na Justiça Eleitoral contra o prefeito de São Luis, o ex-juiz da Lei da Ficha Limpa chamou para o ringue. também, o governador Flávio Dino (PCdoB) que tem trânsito, influência e força no território pantanoso do Poder Judiciário no estado e em Brasília.

O presidente do partido Rede Sustentabilidade, Márlon Reis, entrou de cabeça no processo eleitoral de São Luis enquanto advogado e aliado da pré-candidata a prefeita Eliziane Gama (PPS).

Ontem, o ex-juiz de Direito protocolou uma ação, no Tribunal Regional Eleitoral, devidamente embasada com farto material que pode tornar o prefeito Edivaldo (PDT) inelegível e, por conseguinte, tirá-lo da corrida para garantir um segundo mandato à frente do executivo da capital maranhense.

Evidentemente, Márlon Reis tem a devida consciência da briga em que se meteu, na medida que não é somente contra Edivaldo que resolveu enfrentar jurídica e politicamente.

Ao entrar na Justiça Eleitoral contra o prefeito de São Luis, o ex-juiz da Lei da Ficha Limpa chamou para o ringue. também, o governador Flávio Dino (PCdoB) que tem trânsito, influência e força no território pantanoso do Poder Judiciário no estado e em Brasília.

Contudo, se é verdade que Dino tem prestígio no âmbito dos tribunais estaduais e superiores, não é menos verdade o respeito e credibilidade que Márlon Reis goza no seio da magistratura nacional, inclusive com respeitabilidade jurídica para além das fronteiras do país.

A esta altura, Márlon Reis certamente já entrou na lista dos inimigos do Palácio dos Leões e deve, a partir de agora, ser alvo da artilharia suja da máquina de comunicação oficial tanto do estado quanto do município, como se o ex-juiz não tivesse o direito, enquanto advogado, de lutar contra o que acredita ser ilegal, imoral e injusto. Aliás, não tem só o direito, mas o dever de fazê-lo.

Enfim, se o Márlon Reis conquistou notoriedade internacional como magistrado ao lutar contra a corrupção eleitoral e política, não deve temer o que ou quem quer seja na condição de operador do Direito.

Quando resolveu trocar o "céu" da magistratura pelo "inferno" da política é porque Márlon sabia o que estava fazendo.

E já que está no inferno, agora é abraçar o capeta, como diz o adágio popular.

Instituições maranhenses se mobilizam contra votação de PL

Uma roda de diálogos está sendo realizada na sede da Procuradoria-geral para destacar prejuízos do projeto de lei ao serviço público

Instituições como o Ministério Público do Maranhão (MPMA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Assembleia Legislativa e Defensoria Pública estão empenhadas em derrubar o Projeto de Lei Complementar 257/16, que tramita na Câmara Federal e está previsto para ser votado ainda nesta segunda-feira. O projeto de lei prevê a renegociação da dívida dos estados, mas, segundo as instituições afeta diretamente os servidores públicos.

"Sob o pretexto de enxugar os gastos públicos, o projeto inviabiliza o trabalho das instituições que atuam no combate à corrupção e defendem os interesses dos mais necessitados, a exemplo do Ministério Público", destaca o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Um café da manhã seguido de roda de diálogo, com a presença de representantes de várias instituições do serviço público, está sendo realizado hoje (1º), na sede da Procuradoriageral de Justiça, no Jaracati, com o objetivo de ratificar o posicionamento das instituições contra o projeto de lei e defender o fortalecimento das instituições democráticas.

Uma petição pública online contra o projeto de lei (veja aqui) já conta com mais de 580 mil assinaturas.

Justiça garante assistência médica domiciliar a cliente do plano Hapvida

02/08/2016 10:29:42

Decisão do 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou o plano de saúde Hapvida a prestar assistência médica domiciliar (home care) a uma cliente portadora de enfermidade rara denominada "poliomisite" - doença crônica que causa degeneração e fraqueza muscular, causando incapacidade para as atividades do dia a dia.

O desembargador Raimundo Barros foi o relator do processo.

A determinação do colegiado confirmou sentença do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, que deferiu tutela antecipada, garantindo a prestação de atendimento home care em favor da paciente, que é uma idosa e se encontra sem condições de locomoção, necessitando de fisioterapia domiciliar.

Em contraposição à sentença de primeira instância, a Hapvida interpôs recurso junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, sustentando que a cliente aderiu ao plano de saúde do tipo "individual", denominado "Nosso Plano", com a segmentação ambulatorial e hospitalar, incluindo obstetrícia e acomodação em enfermaria.

Afirmou que não disponibiliza aos seus beneficiários os serviços de atenção domiciliar, tendo em vista que a Lei nº 9.656/98 - que regula o setor - não traz para as operadoras de planos de assistência médica a obrigação de ofertarem aos seus usuários o serviço de atenção domiciliar.

Alegou que a usuária não requereu a continuidade de uma internação e tampouco o tratamento hospitalar, solicitando tão somente a continuidade de um tratamento que em nenhum momento fora realizado em regime hospitalar.

Os argumentos da operadora de saúde não convenceram o relator do processo, desembargador Raimundo Barros, cujo entendimento foi de que a matéria em questão envolve garantia fundamental, notadamente a dignidade da pessoa humana, conforme prevê os artigos 1º e 5º da Constituição Federal, os quais as argumentações invocadas pela Hapvida não são capazes de transpor.

O magistrado salientou que a situação do paciente requer cuidados, o que foi constatado pelo médico especialista que apontou a necessidade de assistência médica domiciliar à idosa.

Barros enfatizou que a resistência do plano de saúde em cumprir a determinação judicial - tendo por base a ausência de cobertura contratual - conflita com o direito à vida, amplamente assegurada na Carta Magna Brasileira.

O desembargador assinalou que a sustentação da operadora de saúde de que inexistia cobertura para o tratamento da idosa não se revelam aptos a reformar a sentença da Justiça de 1º Grau, uma vez que a referida cláusula de exclusão de atendimento configura-se passível de nulidade, na medida em que atribui vantagem exagerada ao plano de saúde, restringindo direitos do consumidor de forma abusiva.

(TJMA)

Justiça determina interdição parcial da 13ª Delegacia de Polícia

02/08/2016 15:24:04

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em medida liminar do dia 4 de julho, a interdição parcial e a transferência de presos provisórios oriundos de outras comarcas da 13ª Delegacia de Polícia de Presidente Dutra.

Presos estão amontoados na delegacia

A decisão judicial prevê que as autoridades civis da 13ª DP se abstenham de receber presos de outras comarcas, sob pena de multa de R\$ 2.500,00 por preso.

Na Ação Civil Pública, proposta pelos promotores de justiça Carlos Rafael Fernandes Bulhão, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, e Francisco de Assis da Silva Júnior, da comarca de Tuntum, que resultou na decisão, ficou demonstrado que a delegacia não está adequada às funções previstas e não oferece a devida assistência aos internos.

Instalações do prédio estão comprometidas

Desse modo, foi estabelecido o prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), realizasse o remanejamento dos presos provisórios a outros estabelecimentos prisionais da região e transferência dos definitivos, mas as medidas ainda não foram cumpridas.

Diante disso, uma audiência para tentativa de conciliação entre o MPMA, a Sejap e a SSP está prevista para o dia 10 de agosto.

MP requer transferência dos presos provisórios

Ficou também determinado que a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) proceda a remoção de veículos depositados e abandonados no pátio da delegacia de Presidente Dutra, com exceção dos que estejam vinculados a procedimentos criminais.

(MPMA)

Juiz do Tribunal do Júri realiza audiência na casa de vítima tetraplégica em São Luís

02/08/2016 10:31:54

Para garantir o depoimento da vítima de tentativa de homicídio, que é tetraplégica, o juiz Ernesto Guimarães Alves e o promotor de Justiça Gilberto Câmara França Júnior foram até a casa do rapaz para ouvi-lo. A audiência foi realizada na manhã da última quinta-feira (28) e contou com a presença do advogado dos dois réus, Elton Tavares. O processo tramita na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís e está na fase de instrução. O crime ocorreu em novembro de 2008.

ADVOGADO E PROMOTOR DE JUSTIÇA, DURANTE AUDIÊNCIA.

A vítima, que ficou tetraplégica em situação diversa desse crime de tentativa de homicídio, precisa de assistência contínua e da intervenção de outras pessoas para lhe assegurar uma certa mobilidade e para realizar todas as suas necessidades do cotidiano. Como está impossibilitado de se locomover, o rapaz, que é réu em um outro processo, prestou seu depoimento em casa. Conforme Ernesto Guimarães, magistrado designado para realizar a oitiva, a ida até o local visou à garantia do direito da vítima de ser ouvida. De acordo com o artigo 220 do Código de Processo Penal, "As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem".

A oitiva foi designada pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, para ocorrer na residência da vítima, sendo dispensada a presença dos réus que, além da tentativa de homicídio, respondem nesse mesmo processo pelo assassinato de outra pessoa. As testemunhas arroladas vão depor em audiência de instrução marcada para este mês, na 4ª Vara do Júri, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Para o depoimento, uma estrutura foi montada e o quarto da vítima funcionou como sala de audiência. Juiz, promotor, advogado e equipe de apoio se deslocaram do Fórum até a residência do rapaz e policiais militares que atuam na equipe da Guarda do Fórum de São Luís fizeram a escolta até o local. A Diretoria do órgão disponibilizou a estrutura necessária para realização da audiência.

(CGJ)

Judiciário estende processo judicial eletrônico para 40 varas da Justiça estadual

02/08/2016 14:14:09

A partir de 1º de setembro, a tramitação do processo judicial em 40 varas de 11 comarcas e três termos judiciários da região metropolitana de São Luís e do interior do Estado será feita apenas pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). A implantação do sistema ocorrerá conforme cronograma de implantação definido em portaria conjunta (nº 8/2016) assinada pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça.

Segundo a portaria, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em 27 de julho, a tramitação do processo judicial, a prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico serão feitas exclusivamente por meio do Sistema PJe da Justiça do Estado do Maranhão em varas específicas listadas em anexos do documento.

A implantação do sistema será feita gradativamente, seguindo um cronograma, em 40 varas dos termos judiciários de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa (1º/09) e das comarcas de Itapecuru-Mirim (12/09), Timon (03/10); Balsas e Vitorino Freire (17/10), Barra do Corda e Grajaú (24/10), Codó e Coroatá (07/11), Açailândia e João Lisboa (14/11) e Imperatriz (28/11).

COMPETÊNCIA - A amplitude da implantação abrange 12 classes processuais e assuntos de diversas competências. Dentre essas, cível e comércio; família e casamento; tutela, curatela e ausência; sucessões, inventário, partilhas, arrolamentos e alvarás; saúde pública, meio ambiente e urbanismo; registros públicos e interesses difusos e coletivos e outras.

As citações, notificações e intimações das partes e procuradores cadastrados serão feitas em portal próprio, disponível no painel de usuário do Sistema processo judicial Eletrônico (<https://pje.tjma.jus.br/pje/login.seam>). A implantação do PJe nas unidades jurisdicionais não inclui a desmaterialização dos processos que atualmente tramitam em suporte físico.

A implantação do PJe cumpre norma do Conselho Nacional de Justiça segundo a qual o sistema deve ser instalado em 100% dos órgãos julgadores de 1º e 2º grau até o ano de 2017.

POSTLINK%%

Judiciário em Coelho Neto prepara lançamento da Cartilha da Justiça

02/08/2016 07:54:15

O Poder Judiciário em Coelho Neto promoveu uma reunião na sede do fórum da comarca. Na pauta, o lançamento da Cartilha da Justiça, projeto que será implantado na rede municipal de ensino dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha, que compõem a comarca. A reunião contou com a participação da juíza Raquel Menezes, titular da 1ª Vara de Coelho Neto, a promotora da infância Elisete Pereira, o delegado Sidney Tenório, o Sargento PM Neuton, advogados, secretário municipal de educação e diretores de escolas dos três municípios.

A Cartilha da Justiça é um material produzido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e visa promover um contato direto entre estudantes e professores do ensino fundamental com o Poder Judiciário, possibilitando um acesso mais fácil a noções de cidadania e justiça. Por meio de ilustrações com histórias em quadrinhos, a cartilha aborda diversas temáticas, como separação de poderes, atribuições dos juízes, promotores, polícia, advogados e defensores públicos, conciliação, ativismo judicial e meio ambiente.

De acordo com a juíza Raquel Menezes, o programa da cartilha demonstra que a magistratura está preocupada com a educação do país e quer dar a sua parcela de contribuição. "Conheci o projeto da Cartilha da Justiça por meio do site da Associação dos Magistrados Brasileiros e achei muito interessante a forma de abordagem de temas tão relevantes para as nossas crianças, buscando a conscientização delas acerca de direitos e deveres dos cidadãos", disse ela.

A magistrada observou que há tempos vem sendo colocado em prática na comarca o Projeto Justiça e Cidadania - porque fazer o bem faz bem. "Através desse projeto, diversas escolas nesses municípios que compõem a comarca já foram visitadas pela juíza e parceiros, levando informações acerca da cidadania. Estamos sempre promovendo ações sociais e palestras junto às comunidades", ressaltou.

Ela disse que fez contato com a juíza coordenadora da cartilha, Nartir Weber, solicitando o envio de exemplares do material para a Comarca de Coelho Neto. "Assim que o pedido foi atendido fizemos uma primeira reunião com os secretários de educação dos três municípios da comarca, os quais aderiram à ideia e demonstraram interesse em trabalhar os temas da cartilha nas escolas", enfatizou. A reunião, segundo ela, teve o objetivo de apresentar o material aos diretores de escola, os quais montarão um cronograma de execução para compartilhamento da cartilha com os alunos.

"Ainda na primeira etapa de desenvolvimento do projeto, faremos o Lançamento da Cartilha da Justiça para os alunos no dia 11 de agosto, com evento no Teatro Municipal de Coelho Neto, quando teremos a apresentação de um musical que está sendo desenvolvido pelo grupo Teatro na Escola, coordenado pelo professor Figueiredo Júnior", relatou Raquel.

A segunda etapa consiste em visitas da juíza e parceiros (advogados, promotores, defensores públicos, policiais

militares e civis) às escolas e visitas de alunos e professores nos órgãos representados pelas autoridades mencionadas. Em seguida, a proposta é que os alunos iniciem produção cultural com atividades artísticas baseados nos ensinamentos da cartilha e nas visitas para posterior participação em concursos promovidos pelas escolas.

Sobre a cartilha - Idealizada para promover contato direto entre estudantes e professores do ensino fundamental com o Judiciário, a publicação faz parte do programa "Cidadania e Justiça também se aprendem na Escola". Desde 1992, quando foi lançada, a iniciativa já chegou a 19 estados brasileiros, atingindo 13 milhões de estudantes. Esta nova edição traz algumas novidades, como a personagem deusa Têmis, que também vai interagir com dilemas presentes no nosso dia a dia.

Segundo a coordenadora da revista, juíza Nartir Weber, o objetivo da AMB é apresentar, principalmente às crianças, a importância dos direitos e deveres como cidadãos. Por isso, a revista é indicada para todas as idades e graus de escolaridade. "A elaboração da revista foi extremamente cuidadosa e prazerosa, porque procuramos trazer temas de grande importância no cenário da família, relações sociais, trabalho, direito e deveres dos cidadãos brasileiros, numa linguagem bem acessível", explicou a magistrada.

Semana de Valorização da Mulher agitou Comarca de Pedreiras

02/08/2016 08:01:43

Foi de muita agitação o clima na Comarca de Pedreiras nas últimas segunda, terça e quarta-feira (25, 26 e 27) com as atividades voltadas para a Semana Nacional de Valorização da Mulher realizada pela unidade. Promovida pelo Poder Judiciário, em Pedreiras a ação foi capitaneada pela juíza Larissa Tupinambá, titular da 3ª Vara da unidade.

Na abertura, alvorada e bandeiraço pelas ruas de Pedreiras e Trizidela do Vale (termo) chamaram a atenção da população para o tema do evento cuja abertura se deu com a apresentação da Orquestra Filarmônica de Codó. Na programação da Semana, palestras, atendimentos médicos, odontológicos, de fisioterapia e de nutricionista; atendimento jurídico; concurso de poesia; emissão de documentos e vacinação, entre outras. De acordo com a juíza, foram 232 atendimentos médicos e 72 atendimentos de fisioterapia.

Palestras sobre o tema também constaram da programação do evento, a exemplo daquelas ministradas no Sindicato dos Arrumadores de Pedreiras, Terço dos Homens e Batalhão do Exército.

Durante a Semana, as mulheres contaram com serviços de mamografia, exames preventivos de DST e HIV, aferição de pressão, nutricionista, vacinação contra HPV, gripe e meningite, alguns dos quais prestados pela Carreta da Mulher, parceira do evento.

Arte, cultura e documentos - Mas a programação não se limitou às atividades ligadas à saúde. A arte e a cultura deram o tom nas Noites Culturais que contaram com apresentações teatrais e musicais com artistas da terra e exibição de filmes pelo Cine Mulher, bem como na Exposição das Mulheres Artesãs do município.

Emissão de documentos (2ª via da Carteira de Identidade, CPF e certificado de antecedentes disponibilizados pelo Viva Cidadão, parceiro da iniciativa, também constou das atividades.

Também parceira da Comarca no evento, a Danone levou para o local das atividades um caminhão onde foram distribuídos iogurtes e outros produtos da marca para mulheres, crianças e demais presentes. O pula-pula providenciado pela parceria fez a festa da criançada no local.

Informações - A parceria com a Faculdade São Francisco (Pedreiras) possibilitou a estudantes do curso de Pedagogia levarem a alunos de escolas do município as informações sobre a Lei Maria da Penha, que trata da violência contra a mulher.

A Violência contra a Mulher foi tema também do concurso voltado para estudantes da Comarca e cuja premiação contou, entre outras, de tablets para os três primeiros colocados de Pedreiras e tablet, celular e kit de material didático para os três primeiros colocados de Trizidela do Vale. O atendimento jurídico disponibilizado durante a realização da Semana levou às mulheres atendidas esclarecimentos sobre divórcio e

investigação de paternidade, entre outras.

Os cuidados com o corpo também fizeram parte da programação da Semana com atividades físicas variadas, entre as quais aula de zumba, alongamento, Pilates e aeróbica, serviços de beleza (corte de cabelo, escova, hidratação) realizados no último dia de realização do evento.

Fechando a programação, as mulheres tiveram à disposição as roupas cedidas por lojistas da Comarca para o desfile que marcou o encerramento do evento.

Para a juíza, "a Semana da Valorização da Mulher em Pedreiras serviu para mostrar que o combate à violência doméstica passa pela esfera processual, porém exige uma preocupação multidisciplinar que revele uma nova forma de olhar para a situação, proporcionando a ofendida condições de sair da esfera de dependência em que se acha, prontificando-se a reagir, certa de que não há causa ou motivo que legitime as agressões, abusos ou maus tratos e com a convicção de que ela é sujeito de direitos, de modo que suas necessidades, vontades, sonhos, perspectivas e objetivos devem ser respeitados".

Nas palavras da magistrada, "o envolvimento de toda comunidade, a estrutura de atendimento, cidadania, conscientização, entretenimento e lazer que se formou serviu para evidenciar que a região não compactua com ataques contra as mulheres e que aqui há indignação, repulsa e aversão aos ataques de gênero".

POSTLINK%%

Judiciário estende processo judicial eletrônico para 40 varas da Justiça estadual

02/08/2016 12:06:25

A partir de 1º de setembro, a tramitação do processo judicial em 40 varas de 11 comarcas e três termos judiciários da região metropolitana de São Luís e do interior do Estado será feita apenas pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). A implantação do sistema ocorrerá conforme cronograma de implantação definido em portaria conjunta (nº 8/2016) assinada pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça.

Segundo a portaria, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em 27 de julho, a tramitação do processo judicial, a prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico serão feitas exclusivamente por meio do Sistema PJe da Justiça do Estado do Maranhão em varas específicas listadas em anexos do documento.

A implantação do sistema será feita gradativamente, seguindo um cronograma, em 40 varas dos termos judiciários de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa (1º/09) e das comarcas de Itapecuru-Mirim (12/09), Timon (03/10); Balsas e vitorino Freire (17/10), Barra do Corda e Grajaú (24/10), codó e Coroatá (07/11), Açailândia e João Lisboa (14/11) e Imperatriz (28/11).

COMPETÊNCIA - A amplitude da implantação abrange 12 classes processuais e assuntos de diversas competências. Dentre essas, cível e comércio; família e casamento; tutela, curatela e ausência; sucessões, inventário, partilhas, arrolamentos e alvarás; saúde pública, meio ambiente e urbanismo; registros públicos e interesses difusos e coletivos e outras.

As citações, notificações e intimações das partes e procuradores cadastrados serão feitas em portal próprio, disponível no painel de usuário do Sistema processo judicial Eletrônico (<https://pje.tjma.jus.br/pje/login.seam>). A implantação do Pje nas unidades jurisdicionais não inclui a desmaterialização dos processos que atualmente tramitam em suporte físico.

A implantação do PJe cumpre norma do Conselho Nacional de Justiça segundo a qual o sistema deve ser instalado em 100% dos órgãos julgadores de 1º e 2º graus até o ano de 2017.

O post [Judiciário estende processo judicial eletrônico para 40 varas da Justiça estadual](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Juiz do Tribunal do Júri realiza audiência na casa de vítima tetraplégica em São Luís

02/08/2016 10:26:13

Para garantir o depoimento da vítima de tentativa de homicídio, que é tetraplégica, o juiz Ernesto Guimarães Alves e o promotor de justiça Gilberto Câmara França Júnior foram até a casa do rapaz para ouvi-lo. A audiência foi realizada na manhã da última quinta-feira (28) e contou com a presença do advogado dos dois réus, Elton Tavares. O processo tramita na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís e está na fase de instrução. O crime ocorreu em novembro de 2008.

A vítima, que ficou tetraplégica em situação diversa desse crime de tentativa de homicídio, precisa de assistência contínua e da intervenção de outras pessoas para lhe assegurar uma certa mobilidade e para realizar todas as suas necessidades do cotidiano. Como está impossibilitado de se locomover, o rapaz, que é réu em um outro processo, prestou seu depoimento em casa. Conforme Ernesto Guimarães, magistrado designado para realizar a oitiva, a ida até o local visou à garantia do direito da vítima de ser ouvida. De acordo com o artigo 220 do Código de Processo Penal, "As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem".

A oitiva foi designada pelo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, para ocorrer na residência da vítima, sendo dispensada a presença dos réus que, além da tentativa de homicídio, respondem nesse mesmo processo pelo assassinato de outra pessoa. As testemunhas arroladas vão depor em audiência de instrução marcada para este mês, na 4ª Vara do Júri, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Para o depoimento, uma estrutura foi montada e o quarto da vítima funcionou como sala de audiência. Juiz, promotor, advogado e equipe de apoio se deslocaram do fórum até a residência do rapaz e policiais militares que atuam na equipe da Guarda do Fórum de São Luís fizeram a escolta até o local. A Diretoria do órgão disponibilizou a estrutura necessária para realização da audiência.

O post [Juiz do Tribunal do Júri realiza audiência na casa de vítima tetraplégica em São Luís](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).